

PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM IBIPORÃ

Autores

*EDMARLON GIROTO
POLIANA VIEIRA DA SILVA*

*Aluno Pós-Graduação Outra Instituição
Docente Unopar*

Introdução

As políticas sociais e econômicas de um país interferem sensivelmente na saúde de uma população. Neste contexto, dá-se grande importância à política medicamentos que regula um dos maiores gastos nos serviços públicos de saúde e tem como propósito precípuo garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles medicamentos considerados essenciais, indispensáveis para atender as necessidades da maioria da população. A quantidade de medicamentos utilizados e seu uso racional estão sob ação direta da prescrição, pela qual se responsabilizam quem prescreve e quem dispensa o medicamento, estando ambos sujeitos a legislação de controle e ações de vigilância sanitária.

Objetivo

O objetivo deste estudo foi identificar os indicadores de prescrição do município de Ibiporã, PR.

Metodologia

Foram recolhidas 3119 prescrições médicas. As especialidades selecionadas foram Clínica Geral, Pediatria e Ginecologia no município. E então foram calculados os indicadores de prescrição de medicamentos propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Os medicamentos prescritos foram classificados obedecendo à classificação ATC (Anatomical Therapeutic Chemical Classification) da OMS.

Resultado

Os medicamentos mais encontrados nas prescrições foram analgésicos e antiinflamatórios para uso sistêmico, presentes em 27,4% das receitas. No município de Ibiporã, PR, foram prescritos em média dois medicamentos por receita médica. Do total de medicamentos prescritos 70,2% foram prescritos por seus nomes genéricos, valor abaixo do que determina a Lei 9787/99, Lei dos Genéricos. Em 22,0% das prescrições foi encontrada a indicação de antibióticos e houve prescrição de injetáveis em 7,0% das receitas médicas, valores próximos aos estudos realizados em outros municípios do país. Do total de medicamentos prescritos 58,4% pertenciam a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME). Tais resultados sugerem dificuldades na implantação de uma política de medicamentos essenciais e sinalizam a necessidade de estudos mais aprofundados.

Conclusão

O instrumento dos indicadores pode contribuir para a formulação de políticas voltadas para a reorientação dos serviços farmacêuticos, promovendo a melhoria do acesso e uso racional dos medicamentos essenciais.

Bibliografia

1. Naves JOS. Avaliação da assistência farmacêutica na atenção primária no Distrito Federal [dissertação de mestrado]. Brasília: Universidade de Brasília; 2002.
3. Carlos ICC. O sistema integral de Assistência Farmacêutica no Ceará. In: Bonfim JRA, Mercucci VL. A construção da política dos medicamentos. São Paulo, Hucitec; 1997. p.107-137.
4. Hernández PJS. Monitorización del uso de medicamentos para mejorar la calidad de la prescripción. Problemas, métodos e indicadores. Atención Primaria 1998; 18:331-338.
10. Pacheco F, Aguiar MGG, Queiroz AM. Diagnóstico da assistência farmacêutica do estado da Bahia. Salvador: Secretaria de Estado da Saúde; 1998.
12. Organización Mundial de la Salud [OMS]. Como investigar el uso de medicamentos en los servicios de salud. Indicadores seleccionados del uso de medicamentos. Ginebra; 1993. (DAP. 93.1).